



**Conectando inovação e tradição –
impulsionando a Justiça com
inteligência artificial**

OS 10 MANDAMENTOS PARA O USO RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA JUÍZES(AS) E SERVIDORES(AS) DAS VARAS DO TRABALHO (UM RESUMO SIMPLES E RÁPIDO DA RESOLUÇÃO CNJ N. 615/2025)



1. TERÁS SUPERVISÃO HUMANA SEMPRE:

A IA é uma ferramenta auxiliar, jamais decisória por si só. Toda sugestão ou resultado deve ser interpretado, validado e, se necessário, corrigido por você.

Fundamento: art. 2º, inc. V; art. 3º, inc. VII; art. 19, §3º, inc. II; art. 32; art. 34.

2. NÃO FORNECERÁS DADOS SIGILOSOS OU SENSÍVEIS DIRETAMENTE:

Evite inserir informações protegidas por sigilo legal ou dados pessoais sensíveis em *prompts* ou ferramentas de IA, a menos que a ferramenta seja *especificamente designada e segura* para isso e siga as regras de anonimização. Na dúvida, não insira.

Fundamento: art. 7º, § 2º; art. 19, §3º, inc. IV; art. 20, incs. V e IX; Art. 30.

3. SERÁS RESPONSÁVEL PELO RESULTADO FINAL:

A IA pode ajudar a redigir, pesquisar ou analisar, mas a responsabilidade integral pela decisão, despacho, informação ou qualquer outro ato produzido com auxílio da IA é sua.

Fundamento: art. 19, §3º, inc. II; art. 20, inc. IV; art. 32 (implícito na autonomia e possibilidade de ajuste).

4. RESPEITARÁS OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM SEU USO:

Utilize a IA de forma a promover a justiça e a equidade. Esteja atento para não usar a ferramenta de maneira que possa levar à discriminação ou violação de garantias.

Fundamento: art. 2º, incs. I e IV; art. 5º; art. 8º; art. 36, inc. I.

5. CAPACITAR-TE-ÁS CONTINUAMENTE:

Busque entender como a ferramenta funciona, quais seus riscos (inclusive de "alucinações" ou erros factuais) e as melhores práticas de uso seguro e eficiente recomendadas pelo Tribunal.

Fundamento: art. 2º, inc. X; art. 3º, inc. VIII; art. 19, §3, inc. I e §5º; art. 20, inc. III.



**Conectando inovação e tradição –
impulsionando a Justiça com
inteligência artificial**

6. EVITARÁS A DEPENDÊNCIA CEGA DA MÁQUINA:

Mantenha sempre uma postura crítica. Questione os resultados, verifique informações importantes em outras fontes e não aceite automaticamente tudo que a IA gerar.

Fundamento: art. 10, inc. I; art. 32, inc. II (revisão detalhada); art. 33 §4º (caráter de suporte).

7. AVALIARÁS CRITICAMENTE OS RESULTADOS, BUSCANDO VIESES:

Mesmo que a ferramenta seja validada, analise se o resultado gerado não contém vieses implícitos ou não reforça estereótipos. A IA está sempre aprendendo dados e alguns podem conter vieses históricos.

Fundamento: art. 3º, inc. VIII (análise crítica); art. 8º (dever geral de preservar igualdade e não discriminação).

8. COMPREENDERÁS A FINALIDADE E OS LIMITES DA FERRAMENTA:

Use as ferramentas de IA para os fins a que se destinam e esteja ciente de suas limitações. Não espere que ela resolva tudo ou que seja perfeita.

Fundamento: art. 19, §4º (Manual de Boas Práticas do CNJ - ainda não disponível); art. 33 (informação sobre funcionamento e limitações).

9. RESPEITARÁS A SEGURANÇA E A PRIVACIDADE NO ACESSO:

Utilize apenas as ferramentas homologadas pelo Tribunal. Não compartilhe acessos, proteja suas senhas e utilize os sistemas nos ambientes seguros fornecidos (VPN, etc.), conforme as normas de segurança da informação.

Fundamento: art. 2º, incs. VIII e XI; art. 28; art. 29; art. 31 (boas práticas de segurança).

10. REPORTARÁS ERROS, VIESES OU PROBLEMAS:

Caso identifique falhas, resultados inconsistentes, possíveis vieses ou qualquer comportamento inesperado da IA, comunique à SECOR para direcionamento da equipe responsável.

Fundamento: art. 41; art. 42 (dever institucional de monitorar e corrigir, que depende do feedback dos usuários).